

GRANDE ENTREVISTA

BRAGA DE MACEDO ECONOMISTA

Saída da crise começa pela consciência de que é preciso mudar

O ex-ministro das Finanças português vem a Angola falar sobre os desafios da economia e o papel do FMI. Diz que ao longo do programa o controle da dívida deverá ser mais fácil de garantir e destaca ainda as medidas de política monetária operadas no País, que deverão, “finalmente”, fazer baixar a inflação.

Joaquim José Reis (texto)

Vem a Luanda nos próximos dias para participar numa conferência da Universidade Católica, na qual serão abordados os actuais problemas da economia angolana. Que papel tem o acordo com o FMI na obtenção dos principais objectivos da estabilização macroeconómica e crescimento do sector produtivo?

As reformas estruturais constituem um dos pilares do programa acordado com o FMI, a par das políticas macro financeiras referidas no PEM - Programa de Estabilização Macroeconómica (orçamento, moeda, câmbios e mercados financeiros). Devem atingir os objectivos de desenvolvimento estimulando a diversificação económica, promovendo o crescimento e reduzindo a pobreza e a desigualdade. Acrescente-se que, em qualquer país em crise, a saída começa pela consciência de que é preciso mudar. Terá

lítica monetária e cambial referir-se à melhor afectação das divisas, por forma a garantir a solvabilidade externa. Ao longo das seis avaliações semestrais, o controle da dívida deverá ser mais fácil de garantir embora as datas previstas possam deslizar, como parece ter acontecido relativamente à primeira, prevista para o final de Março.

O Governo tem procurado melhorar a imagem do País no sentido de aumentar o interesse de investidores estrangeiros. Para isso, preparou nova legislação como a do Investimento Privado, que faz cair a obrigatoriedade de as empresas terem um parceiro angolano. Mas Angola continua na cauda de índices como o *Doing Business*, o que faz recuar os investidores...

É uma excelente iniciativa essa do Banco Mundial recolher indicadores da facilidade em iniciar e prosseguir actividades empresariais: apesar das imperfeições dos indicadores, conhecê-los e compará-los já ajuda a apreender muitas dimensões do ambiente de negócios. Expli-

reciprocamente e que Angola tem nos dois índices uma pontuação “inferior à da maioria dos exportadores de petróleo e dos exportadores de produtos não petrolíferos da África subsaariana, como Botswana e Namíbia. Os custos elevados de fazer negócios em Angola reflectem múltiplos factores, como o peso da regulamentação, a intervenção excessiva do Estado na economia, as barreiras ao Investimento Directo Estrangeiro e uma política de vistos de trabalho que restringe o ingresso dos trabalhadores qualificados de que o país tanto precisa”. Assim se criam oportunidades para a corrupção e fortalecem os grupos de interesse.

E Angola até tem subido nos últimos rankings...

Além do FMI, também o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), a propósito do PRODESI, esclarece que, “no último relatório *Doing Business*, referente a 2018, Angola está classificada na posição 175 em 190 países, tendo progredido sete lugares em relação ao ano anterior. Esta subida foi, essencialmen-

“As medidas de política monetária visando uma melhor gestão da liquidez e um decréscimo do mercado paralelo deverão finalmente trazer a inflação para baixo”

kwanza, esta permitiu trazer uma apreciação real fatal para a diversificação do comércio bens e serviços que o PROD deseja promover. A suspensão da desvalorização em 2016, é unicamente indefensável, tendo de ser revertida.

Como economista de renome internacional, com experiência governativa, passagem pelo FMI, se fosse ministro das Finanças, que medidas apresentaria para baixar a inflação no País abaixo dos dois dígitos?



GRANDE ENTREVISTA BRAGA DE MACEDO

Num sector regulado, ter lucro e imagem tão negativa como ter

No âmbito do acordo com o FMI, Angola está a implementar várias reformas, no sentido de diminuir despesa. Assim, até 2020 tem que acabar com a subsídição aos combustíveis, electricidade, água e transportes públicos. Como mitigar o impacto social da subida dos preços?

Tal mitigação está expressamente prevista no programa. Na apresentação do EFF aos Deputados da Assembleia em 26 de Março passado, chama-se-lhe 'função redistribuição do rendimento do orçamento' que, como dito acima, a política orçamental deve proteger. A par da melhoria da qualidade da gestão no sector público e privado, também se pretende reforçar o combate à corrupção, bem como reduzir inflação, depreciação cambial e taxas de câmbio múltiplas.

“A par da melhoria da qualidade da gestão no sector público e privado, também se pretende reforçar o combate à corrupção (...) reduzir inflação, a depreciação cambial e taxas de câmbio múltiplas”

Como passam para a população a mensagem de que estes ajustamentos são necessários?

A comunicação económica deve ser profissionalizada e o Departamento de Comunicação do FMI facilita muito o trabalho, sem dispensar o trabalho de campo no país. Parece haver consciência disso, na medida em que, na véspera da aprovação do

